

Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)



**EDUCAÇÃO:  
AGREGANDO, INCLUINDO E  
ALMEJANDO OPORTUNIDADES**

**4**

Américo Junior Nunes da Silva  
(Organizador)



**EDUCAÇÃO:  
AGREGANDO, INCLUINDO E  
ALMEJANDO OPORTUNIDADES**

**4**

### **Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

### **Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

### **Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

### **Imagens da Capa**

Shutterstock

### **Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

### **Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremona  
**Correção:** Vanessa Mottin de Oliveira Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 Educação [recurso eletrônico] : agregando, incluindo e almejando oportunidades 4 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-415-3

DOI 10.22533/at.ed.153202309

1. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Américo Junior Nunes da.

CDD 370

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Importante contar ao leitor, antes de apresentar com mais detalhe as características desta obra, o contexto em que ela se insere, marcando bem o lugar histórico que a circunscreve.

Fomos surpreendidos, em 2020, por uma pandemia: a do novo coronavírus. O distanciamento social, reconhecida como a mais eficaz medida para barrar o avanço do contágio, fizeram as escolas e universidades suspenderem as suas atividades presenciais e pensarem em outras estratégias que aproximassem estudantes e professores. E é nesse lugar de distanciamento social, permeado por angustias e incertezas típicas do contexto pandêmico, que os professores pesquisadores e os demais autores reúnem os seus escritos para a organização deste volume.

Como evidenciou Daniel Cara em uma fala a mesa “*Educação: desafios do nosso tempo*” no Congresso Virtual UFBA, em maio de 2020, o contexto pandêmico tem sido uma “tempestade perfeita” para alimentar uma crise que já existia. A baixa aprendizagem dos estudantes, a desvalorização docente, as péssimas condições das escolas brasileiras, os inúmeros ataques a Educação, Ciências e Tecnologias, são alguns dos pontos que caracterizam essa crise. A pandemia, ainda segundo ele, só escancara o quanto a Educação no Brasil é uma reprodutora de desigualdades. Portanto, as discussões empreendidas neste volume de “***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, assim como também da prática docente.

Este livro, ***Educação: Agregando, Incluindo e Almejando Oportunidades***, reúne um conjunto de textos, originados de autores de diferentes estados brasileiros e países, e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, entre outros. Os autores que constroem essa obra são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ANÁLISES ESTATÍSTICAS PARA INVESTIGAR POSSÍVEIS FATORES QUE INFLUENCIAM NA EVASÃO DE DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR	
Elizabeth Lima Bezerra	
Katia Pires Nascimento do Sacramento	
Vinicius Pereira do Sacramento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1532023091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>7</b>
GESTÃO DEMOCRÁTICA: CONCEPÇÕES E PROPOSIÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS DE SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO TOCANTINENSES	
Katia Cristina Custódio Ferreira Brito	
Meire Lucia Andrade da Silva	
Ana Gabriela Ferreira Brito	
Aldeniza Pereira da Silva	
Maria das Graças Pereira Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1532023092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>12</b>
VISTA MINHA PELE: RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA E REFLEXÕES SOBRE ARTES, IDENTIDADE E INTOLERÂNCIA	
Erika Rodrigues Coelho	
Natalino da Silva de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1532023093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>26</b>
VIOLÊNCIA NA ESCOLA PRATICADA POR ADOLESCENTES: UMA ANÁLISE DE SUAS TIPOLOGIAS E CONSEQUÊNCIAS À LUZ DO DIREITO INFANTO-JUVENIL	
Maria Aparecida Alkimim	
Mario Augusto de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1532023094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS	
Rosilene Alves da Silva Vitorini	
Noemi Ferreira Felisberto Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1532023095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>55</b>
EDUCAÇÃO JURÍDICA NO TIMOR-LESTE: UM ESTUDO DE CASO	
Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro	
Lana Lisiêr de Lima Palmeira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1532023096</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>66</b>
CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E IMPLICAÇÕES NA PRÁTICA DOCENTE	
Juliana Telles Faria Suzuki	
Maria Cecilia Marin Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1532023097</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>79</b>
A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024	
Amanda Maria Gomes Cordeiro Alves	
Andreia Patrícia Alves Vasconcelos Vieira	
Jacy de Araújo Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1532023098</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
DO PLANTIO AO CASAMENTO DA DONA BARATINHA	
Cleidiane Luzia Macedo	
Tatiana da Rocha Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1532023099</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>98</b>
GAMIFICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: O QUE PODE A ESCOLA APRENDER COM OS GAMES?	
Renata da Graça Aranha Boiteux	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230910</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>112</b>
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) NA ESCOLA MUNICIPAL CÂNTIDIO ANTUNES DOS SANTOS	
Rosane Lima Fonseca	
Sebastiana Ribeiro de Sousa	
Willamy Fonseca Vogado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230911</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>115</b>
ACESSIBILIDADE EM EVENTOS	
Letícia Bianca Barros de Moraes Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230912</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>128</b>
A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS SOBRE O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO PARA PESSOAS SURDAS	
Veronica Ribeiro da Silva Cordovil	
Marivalde Moacir Francelin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230913</b>	

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>143</b>
REFLEXÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS – BAHIA	
Janille da Costa Pinto	
Cláudia Celeste Lima Costa Menezes	
Luciane Cunha da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230914</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>156</b>
EDUCAÇÃO DIALÓGICA NAS AULAS DE LITERATURA DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO DA UFPB	
Aline Ferreira Pereira	
Maria Elizabeth Silva de Brito	
Polliana da Penha Silva Galdino	
Sandro dos Santos Nascimento	
Maria da Glória Costa de Sousa	
Fabiana Alves Moreira de Barros	
Suelidia Maria Calaça	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230915</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>163</b>
“PROJETO LER MAIS”: AÇÕES DE PRÁTICAS LEITORAS PARA OS APOSENTADOS DO PROGRAMA DE AÇÃO INTEGRADA PARA O APOSENTADO (PAI)	
Maria de Fátima Ribeiro dos Santos	
Marina Rocha Palácio	
Vanessa Teles Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230916</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>181</b>
DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS COM METODOLOGIA ATIVA E DESIGN THINKING	
Antonio Sergio Bernardo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230917</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>197</b>
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM PASSO PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
Bárbara Paiva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230918</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>205</b>
A TÃO FALADA “EDUCAÇÃO PARA DEMOCRACIA”: NOTAS REFLEXIVAS	
Fabrícia Carla de Albuquerque Silva	
Deyvid Braga Ferreira	
Claudiane Oliveira Pimentel Fabricio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230919</b>	

<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>213</b>
<b>CAPACITAÇÃO EM REVIT E EXCEL PARA ENGENHARIA CIVIL</b>	
Anna Beatriz Rodrigues de Queiroz	
Cláudia Patrícia Torres Cruz	
Leonardo da Silva Dias	
Rodrigo Rodrigues dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230920</b>	
<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>223</b>
<b>TECNOLOGIA ASSISTIVA: AUTONOMIA, QUALIDADE DE VIDA E INCLUSÃO SOCIAL</b>	
Regina Elaine Santos Cabette	
Eduardo Luiz Santos Cabette	
Bianca Cristine Pires dos Santos Cabette	
<b>DOI 10.22533/at.ed.15320230921</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>235</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>236</b>

## A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024

*Data de aceite: 01/09/2020*

**Amanda Maria Gomes Cordeiro Alves**

Instituto Federal de Alagoas (IFAL)  
Centro Universitário Maurício de Nassau  
(UNINASSAU)

**Andreia Patrícia Alves Vasconcelos Vieira**

Centro Universitário Maurício de Nassau  
(UNINASSAU)

**Jacy de Araújo Azevedo**

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)  
Centro Universitário Maurício de Nassau  
(UNINASSAU)

**RESUMO:** A meta 4 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), sancionado por intermédio da lei Nº 13.005/14, preconiza universalizar o ensino para o Público-alvo da Educação Especial (PAEE). Este artigo constitui-se de uma reflexão sobre a Educação Especial no contexto do PNE (2014-2024). A metodologia desse trabalho é de caráter bibliográfico, em que buscamos explicitar os desafios e estratégias para o cumprimento da meta 4. Tivemos como base teórica autores como: Aguiar (2010), Mazzotta (2011), entre outros. O artigo se organiza em seções, em que na primeira, trataremos sobre a abordagem histórica da Educação Especial no Brasil. Na segunda seção, trataremos sobre o surgimento do PNE, tendo em vista sua legalidade. A terceira seção, o foco é a análise da meta 4 e seu monitoramento. Os resultados evidenciam falhas nos indicadores para o cumprimento da meta, onde o maior desafio

está no financiamento, pois com a aprovação da PEC 241, em dezembro de 2016, limita a elevação do orçamento do Poder Executivo e, conseqüentemente o do MEC.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial, Plano Nacional de Educação, Meta 4.

### SPECIAL EDUCATION IN THE CONTEXT OF THE NATIONAL EDUCATION PLAN 2014-2024

**ABSTRACT:** The Goal 4 of the National Education Plan - PNE (2014-2024), sanctioned through Law No. 13,005 / 14, advocates universal teaching for the Special Education target audience (PAEE). This article is a reflection on Special Education in the context of the PNE (2014-2024). The methodology of this work is bibliographic, in which we aim to demonstrate the challenges and strategies for achieving goal 4. We had theoretical basis authors such as: Aguiar (2010), Mazzotta (2011), among others. The article is organized in sections, in the first, we will deal with the historical approach to Special Education in Brazil. In the second section, we will deal with the emergence of the PNE, in view of its legality. The third section focuses on the analysis of goal 4 and its monitoring. The results show flaws in the indicators for achieving the goal, which finance is the biggest challenge, since the approval of PEC 241, in December 2016, that limits the increase in the Executive Branch's budget and, consequently, that of the Ministry of Education.

**KEYWORDS:** Special Education, National Education Plan, Goal 4.

## 1 | INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como finalidade principal analisar o cumprimento da meta 4 do PNE (2014-2024) que visa universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

A pesquisa se fundamentou em teóricos como: Aguiar (2010), Mazzotta (2011), Amaral (2011), entre outros e documentos oficiais, tais como: PNE, Constituição Federal de 1988 e outros. O estudo foi realizado a partir da metodologia qualitativa, de cunho bibliográfico, cujo objetivo foi responder ao problema da pesquisa, que foi: como o PNE (2014-2024) trata a Educação Especial?

O artigo se organiza em três seções, a primeira retrata o histórico da Educação Especial no Brasil. A segunda seção trata do percurso histórico do PNE, desde sua exigência em forma de lei com a Constituição de 1988 até o atual PNE (2014-2024). A terceira seção analisa a Educação Especial no contexto do PNE (2014-2024), mais especificamente a meta 4, suas estratégias e os desafios enfrentados para o seu cumprimento.

E finaliza-se refletindo que, para que ocorra a materialidade da meta 4, necessário se faz termos indicadores que de fato avaliem o cumprimento das estratégias que compõem a meta 4. Alinhado a estes indicadores é de suma importância que a meta 20 que trata do financiamento possa ser cumprida, tendo em vista que sem financiamento não há cumprimento de metas.

## 2 | HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A educação especial no Brasil se deu no período do Brasil Império, exatamente em 12 de setembro de 1854, no Rio de Janeiro, por meio do decreto imperial nº 1.428 com a construção do Instituto dos Meninos Cegos, que posteriormente passou a chamar-se Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem ao professor Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Em 1857, três anos depois D. Pedro II fundou o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, localizado também no Rio de Janeiro, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). (MAZZOTTA, 2011)

Segundo Mazzotta (2011) com a criação desses institutos surgiu a necessidade de discussão dessa temática, que resultou no 1º Congresso de Instrução Pública, que tinha como sugestão de tema, o currículo e a formação de professores para cegos e surdos. A fundação desses dois institutos representou uma grande conquista para



o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a educação.

Outro marco importante foi a criação da Sociedade Pestalozzi por Helena Antipoff em 1932 na cidade de Belo Horizonte. Ela teve grande contribuição, pois foi a partir de seus trabalhos que começou de forma sistemática a se realizar trabalhos com deficientes mentais. (RAFANTE, 2006 apud AGUILAR; ALVES, 2017, p.66).

Na década de 1950, aconteceu uma expansão acelerada de classes e escolas especiais nas escolas públicas e de escolas especiais comunitárias privadas e sem fins lucrativos, mais precisamente 11 de dezembro de 1954, é criada no Rio de Janeiro a primeira escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Brasil. Outras organizações<sup>1</sup> filantrópicas foram criadas com o objetivo de oferecer tratamento especializado (AGUILAR; ALVES, 2017).

Foi em 20 de dezembro de 1961, que a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, Lei N.º 4.024/61) foi promulgada. Essa lei deixou claro o compromisso que o governo federal teve em financiar as instituições privadas que prestavam serviços educacionais às pessoas com deficiência, aumentando assim, as classes especiais.

De acordo com AGUILAR; ALVES 2017, P.70:

A década de 1960 registrou a maior expansão no número de escolas especiais já vista no país: a quantidade de estabelecimentos de ensino especial em 1969 era cerca de quatro vezes maior que a existente no ano de 1960; o número de instituições ultrapassava a marca de 800. Essa constatação demonstra novamente que o Estado não se comprometia em assumir a educação dos indivíduos com deficiência.

Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal (CF), um avanço muito importante para os direitos fundamentais, dentre eles a Educação, que está em primeiro lugar no artigo 6º. Na CF, foi dedicado um capítulo à Educação, e fica claro, como dever do Estado no artigo 208, inciso III: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A década de 1990 foi o período de ressignificação da Educação Especial e de grande importância para pôr em prática políticas educacionais voltadas às pessoas com deficiências no Brasil. As mobilizações sociais propuseram a inclusão dessas pessoas com necessidades educacionais especiais, reforçando assim, o discurso de educação para todos.

A Declaração de Salamanca que aconteceu em 1994 na Espanha, fixou Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Essa Declaração se apresenta

---

<sup>1</sup> Outras Instituições Filantrópicas: Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), fundada em 1950; a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), criada em 1954; O Instituto Baiano de Reabilitação (IBR), criado em 1956 e a Associação Fluminense de Reabilitação (AFR), fundada em 1958.

como um dos documentos internacionais mais relevantes no que se refere à educação inclusiva. Segundo seus princípios orientadores, as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, etc.

Essa Declaração reconhece que:

[...] escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (SALAMANCA, 1994).

Assim, a Declaração de Salamanca marca o princípio de inclusão como meio eficaz de promoção da educação de pessoas com deficiência, de forma a garantir o combate a atitudes discriminatórias e que as coloque à margem do sistema regular de ensino. A Declaração exerce influência aqui no Brasil, desencadeando outras ações que favorecem a Educação Especial.

Outro acontecimento importante que ocorreu em 2001 foi que o Congresso Nacional Brasileiro aprovou o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de deficiência, ocorrida em 6 de junho de 1999, por meio do Decreto Legislativo nº198, de 13 de junho de 2001, entrando em vigor em 14 de setembro do mesmo ano, ratificada pelo Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Essa convenção tinha como objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade.

De acordo com o artigo I, § 2º, b.:

Não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência. Nos casos em que a legislação interna preveja a declaração de interdição, quando for necessária e apropriada para o seu bem-estar, esta não constitui discriminação.

De acordo com o texto da convenção, na preparação do projeto foi levado em conta que a deficiência pode dar origem a situações de discriminação, fazendo-se necessário o desenvolvimento de ações e medidas que minimizem essa situação (BRASIL, 2001).

## **2.1 Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência: Lei Nº 13.146/2015**

A Lei de Inclusão nº 13.146 de 06 de julho de 2015, tornou-se um marco na história da inclusão da pessoa com deficiência, em seu aspecto social e educacional. Tal lei destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade a inclusão social e a cidadania de indivíduos que historicamente encontram-se às margens da sociedade, ao mesmo tempo em que garante os direitos e as liberdades fundamentais.

A referida lei estabelece atendimento prioritário e dá ênfase às políticas públicas nas áreas da educação, saúde, trabalho, infraestrutura urbanística, esporte e cultura para a pessoa com deficiência. Conceituando pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos a longo prazo, seja ela de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições como as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Em seu artigo 27 da lei citada, concebe a educação como direito da pessoa com deficiência e assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. E que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015).

No artigo 28, parágrafo III delega ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado e suas adaptações, para atender as peculiaridades de cada estudante com deficiência. Tornando-se assim uma ferramenta de garantia e promoção, em condições de igualdade de direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência para a sua inclusão na sociedade (BRASIL, 2015).

## **3 I ENTENDENDO OS PLANOS NACIONAIS DA EDUCAÇÃO (PNE)**

### **3.1 Percurso histórico do PNE**

No início da década de 1930 emerge as primeiras iniciativas referentes a elaboração de um Plano Nacional de Educação (PNE) no Brasil. Em 1931 o Conselho Nacional de Educação inicia os debates em torno dessa ideia, que surgiu no cerne do movimento dos Pioneiros da Escola Nova, em conjunto com a

Associação Brasileira de Educação (ABE), lançou um manifesto, em março de 1932, que previa a elaboração de um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que tornasse a escola acessível a todos. Quanto às linhas gerais do manifesto, fica claro que o ponto de partida deste foi o diagnóstico da realidade da época, ou seja, caracterizado como fragmentado e totalmente desarticulado.

[...] caracterizado pela falta de continuidade e articulação do ensino, em seus diversos graus, como se não fossem etapas de um mesmo processo, e cada um dos quais deve ter seu “fim particular”, próprio, dentro da “unidade do fim geral da educação” e dos princípios e métodos comuns a todos os graus e instituições educativas (AZEVEDO, 1932, p.51).

Ainda no período de 1932, na V Conferência Nacional de Educação, o grupo de pioneiros designou a comissão dos 10, presidida por Anísio Teixeira para elaborar o anteprojeto de capítulo referente à educação nacional da Constituição de 1934. “Influenciada pelo conteúdo do manifesto, a constituição de 1934, na alínea a do artigo 150, estabeleceu como competência da União fixar o Plano Nacional de Educação” (MILITÃO *et al.* 2011). Após a sua elaboração ele foi remetido ao Ministro da Educação em maio de 1937, porém a curta duração da Carta Magna impossibilitou a execução desse plano.

Com a aprovação da primeira LDB de 1961, Lei nº 4.024/61, ficou designado que o Conselho Federal de Educação deveria elaborar um Plano Nacional de Educação. Em cumprimento ao disposto na LDB/61, em 1962 o CFE elaborou um Plano de Educação referente ao Fundo Nacional de Educação Primária, o Fundo Nacional do Ensino Médio e o Fundo Nacional de Educação superior, ou seja, um esquema distributivo de fundos.

Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos. Em 1965, sofreu uma revisão, quando foram introduzidas normas descentralizadoras e estimuladoras da elaboração de planos estaduais. Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de dez anos (BRASIL, 2014).

É na Constituição de 1988, artigo 214, que surge a exigência da elaboração de um Plano Nacional de Educação sob a forma de lei. Na próxima seção veremos como se deu essa elaboração.

### **3.2 Primeiro PNE 2001 – 2010**

No artigo 214 da Constituição Federal encontramos a recomendação para o estabelecimento de um plano nacional de educação em forma de lei, “de

duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e a integração das ações do poder público” (BRASIL, 1988).

Oito anos após a sua promulgação surge a LDB para reforçar a elaboração desse plano, em seu artigo 87 determina que no prazo de um ano a partir da publicação desta lei a União deveria encaminhar ao “Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para 10 (dez) anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (BRASIL, 1996).

Esse foi o primeiro plano instituído por lei, a lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, essa lei vigorou de 2001 a 2010. Com a aprovação desse plano em forma de lei surge a responsabilidade jurídica, sendo exigido o cumprimento de suas ações e metas. Constituído de 295 metas, o PNE é o resultado de um certame entre dois projetos de lei frente ao poder legislativo. O primeiro a dar entrada no Congresso Nacional Brasileiro, chamado de “Proposta da Sociedade Brasileira”, elaborado por meio de uma construção coletiva com várias organizações da sociedade civil, foi apresentado em contraposição ao governo. O segundo ficou conhecido como “Proposta do Executivo ao Congresso Nacional”, vindo a ser aprovada a segunda proposta. Militão (2011), em consonância com outros autores assinala que as principais divergências entre esses projetos apresentados estão relacionadas ao financiamento da educação.

O PNE/2001 aprovado pelo Congresso e sancionado por Fernando Henrique Cardoso determinou que esse percentual ao final dos dez anos atingiria 7% do Produto Interno Bruto. Mesmo antes de ser sancionado o presidente da República em exercício vetou nove metas que estavam relacionadas a investimentos voltados a área de educação, ciência e pesquisa, as quais estavam diretamente ligadas ao aumento de recursos financeiros, enfraquecendo, portanto, o plano, que como bem expressa Saviani, não passava de uma carta de intenções (SAVIANI, 2014).

O PNE 2001-2010 tinha como objetivo dar condições de acesso e permanência à escola pública todas as crianças, jovens e adultos do país. Para essa efetivação todos os entes federados deveriam estar articulados. Os estados, municípios e Distrito federal caberia elaborar os planos decenais assim como determina o artigo 2 do PNE. Para a sua execução teria a contribuição da União no que tange a cooperação técnica, financeira e estatística (AGUIAR, 2010).

De acordo com Aguiar (2010), “a avaliação desse plano evidencia que a ausência de cumprimento das metas não pode ser atribuída apenas à instância da União”. Mas que os outros entes federados são corresponsáveis também pelo compromisso com o plano.

### 3.3 O PNE de 2014 – 2024

O atual Plano Nacional de Educação (PNE) ficou tramitando no Congresso Nacional Brasileiro durante 3 anos, essa demora se deu porque ainda não havia um plano já elaborado, pois o que se tinha como base (PNE 2001-2010) as metas vinham desarticuladas das estratégias. Foi sugerido redução a vinte metas, acompanhadas pelas estratégias, como forma de favorecer o engajamento da sociedade civil e o controle social na execução do plano, fundamentais para seu sucesso. Ainda que apresentasse uma estrutura baseada no tripé: diagnóstico - diretrizes - metas, a versão estava incompleta, pois desprezava uma das bases do tripé – o diagnóstico – um elemento fundamental para que a sociedade pudesse compreender as metas e suas estratégias, debetê-las e, eventualmente, apontar lacunas do projeto.

O MEC encaminhou notas técnicas sobre a realidade educacional brasileira, solicitada pela deputada Dorinha Seabra Rezende, de acordo com a mesma, tornaria o debate educacional mais concreto e proveitoso, permitindo a todos os atores (Poder Executivo no plano federal, Congresso Nacional, Conselhos e fóruns de educação institucionais, Movimentos sociais Sociedade civil, Sociedade civil vinculada ao setor privado na área educacional, Organizações da sociedade civil e think tank<sup>2</sup> voltadas à formulação de políticas públicas) a avaliação que embasava a proposta do segundo PNE e da adequação das metas e estratégias formuladas. Assim, em 25 de junho de 2014 foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff por meio da lei nº 13.005 o Plano Nacional de Educação (2014 – 2024).

O Plano Nacional de Educação estabelece diretrizes, metas e estratégias que devem reger os estados e municípios. Assim, devem elaborar planejamentos específicos, considerando a situação, as demandas e as necessidades locais.

O PNE 2014-2024 estabelece no caput do artigo 5º a responsabilidade quanto ao acompanhamento, “execução do PNE e o cumprimento de suas metas” e “objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas” às seguintes instâncias: o Ministério da Educação – MEC, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, o Conselho Nacional de Educação – CNE e o Fórum Nacional de Educação.

O Plano educacional determina ainda em seu §2º, que a cada 2 anos, ao longo do período de vigência do PNE (2014-2024), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publique estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os

---

2 São organizações ou instituições que atuam no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas sobretudo em assuntos sobre os quais pessoas comuns (leigos) não encontram facilmente base para análises de forma objetiva.

estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º: “as metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei”, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

No artigo 7º da lei 13.005/14, afirma que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano”.

## **4 | A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CONTEXTO DO PNE 2014-2024: META 4**

De acordo com a LDB, Lei N.º 9.394/96 no Art. 58, “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento<sup>3</sup> e altas habilidades ou superdotação<sup>4</sup>”. Na LBI N.º13.146/15 em seu Art. 2º “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Com a aprovação do PNE (2014-2024) a Educação Especial ganha destaque específico na meta 4, que diz:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL, 2014)

Desse modo as unidades de ensino deverão promover o atendimento escolar<sup>5</sup> e o atendimento educacional<sup>6</sup> especializado complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades ou superdotação.

Para que se possa de fato acompanhar se está havendo o cumprimento da meta 4, foram estabelecidos dois indicadores para o monitoramento: Indicador 4A:

3 Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) se apresentam como distúrbios de caráter social e tem como características um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo.

4 A alta habilidade ou superdotação é a aptidão para atividades intelectuais, artísticas ou esportivas que parecem ser inatas.

5 O atendimento escolar é a inserção dos alunos com deficiência nas classes regulares.

6 Por atendimento educacional especializado entende-se que a formação do aluno com deficiência deverá ser realizada no contexto da própria escola por meio de disponibilização de recursos multifuncionais, de acessibilidade e serviços que contribuam para a aprendizagem e inserção do deficiente na escola.

Percentual da população de 4 a 17 anos de idade com deficiência que frequenta a escola. Indicador 4B: Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, TGD e altas habilidades ou superdotação que estudam em classes comuns da educação básica (BRASIL, 2016).

Conforme Januzzi (2004), os indicadores são definidos como sendo “um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma”. Por isso, sua importância para diagnosticar, monitorar e avaliar as políticas públicas (BRASIL, 2016). Por essa razão, no campo educacional os indicadores são importantes, pois produzem informações relevantes sobre a realidade educacional.

De acordo com o artigo 4º da Lei do PNE, as metas deverão ter como referência a Pnad/IBGE, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior, mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Através de dados recentes apresentados no observatório do PNE (2014-2024), destacamos as 19 estratégias da meta 4 e seus respectivos andamentos:

4.1 – Financiamento.	Estratégia realizada.
4.2 – Atendimento das crianças 0 a 3 anos.	Estratégia não realizada. Levantamento ainda não realizado. Não há indicador disponível específico para creches.
4.3 – Condições de permanência.	Porcentagem de escolas com salas de recursos multifuncionais em uso: 32,284% em 2016*.
4.4 – Acesso: Garantir atendimento educacional especializado.	Para esta estratégia, não há um indicador principal.
4.5 – Apoio, pesquisa e assessoria.	Estratégia em andamento.
4.6 – Espaço físico, materiais e transporte.	Essa estratégia não possui indicadores principais.
4.7 – Braille e Educação bilíngue libras/ língua portuguesa.	Estratégia em andamento.
4.8 – Articulação pedagógica.	Estratégia não realizada.
4.9 – Beneficiários de programas de transferência de renda:	Estratégia não realizada.
4.10 – Fomentar pesquisa na área de educação especial.	Estratégia em andamento.
4.11 – Promover desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares.	Estratégia em andamento.
4.12 – Continuidade do atendimento escolar.	Estratégia não realizada.



4.13 – Ampliação das equipes de profissionais (É importante citar que essa estratégia está diretamente relacionada às estratégias de financiamento (4.1) e de formação (4.16).)	- Número de funções docentes no Atendimento Especializado: 37.474 em 2014; - Número de tradutores e intérpretes de Libras: 5.796 em 2014; - Número de funções docentes que lecionam Libras: 1.960 em 2014.
4.14 – Definir indicadores de qualidade.	Estratégia em andamento.
4.15 – Perfil das pessoas com deficiência de 0 a 17 anos.	Estratégia não realizada. Há apenas os dados levantados pelos Censos Escolar e Demográfico, e Pnad.
4.16 – Referenciais teóricos específicos nos cursos de formação de professor:	Estratégia em andamento (no plano formal). Há menção nas diretrizes curriculares nacionais. Análise dos currículos dos cursos de licenciatura não realizada.
4.17 – Parcerias para ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral.	Estratégia não realizada. Não existem dados para avaliar essa estratégia.
4.18 – Parcerias para ampliação da oferta de formação continuada a produção de material acessível.	Estratégia não realizada. Não existem dados para avaliar essa estratégia.
4.19 – Parcerias para favorecer a participação das famílias e da sociedade.	Estratégia não realizada. Não há levantamento do número de convênios feito.

Tabela 1 – Monitoramento do cumprimento das Estratégias da Meta 4.

Fonte: [www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva/estrategias](http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva/estrategias)

O grande desafio em relação à Meta 4 diz respeito à disponibilidade de dados que permitam monitorá-la anualmente de maneira integral. Atualmente não há disponíveis dados oficiais que permitam a criação de um indicador para aferir todos os objetivos propostos na meta em âmbito nacional, quanto regional (Estados e Municípios), é o que observamos nas estratégias: 4.2 – Atendimento das crianças 0 a 3 anos; 4.4 – Acesso; 4.6 – Espaço físico, materiais e transporte; 4.17 – Parcerias para ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral; 4.18 – Parcerias para ampliação da oferta de formação continuada a produção de material acessível e 4.19 – Parcerias para favorecer a participação das famílias e da sociedade. Em razão disso, o próprio PNE prevê, em sua estratégia 4.15, a necessidade de coleta de informações mais específicas sobre esse público-alvo.

Aguiar (2010, p. 714) indica que “[...] o PNE expressa o reconhecimento da educação como um direito de cidadania e os objetivos e metas refletem as prioridades estabelecidas pelos entes federados”, de outro modo, “a implementação de tais metas, portanto, exige expressivo investimento financeiro e mudanças na gestão de sistemas”. Nesse sentido, ao serem analisadas as estratégias da meta 4, percebe-se que o cumprimento delas significa elevar o volume de recursos financeiros, sendo assim, a meta 20 do PNE (2014-2024) especifica que em 2024

os recursos financeiros aplicados em educação devem atingir o patamar equivalente a 10% do PIB.

Outro desafio para o cumprimento das metas é com a Emenda Constitucional n.º 95/2016 resultado das Propostas 241 e 55, cuja votação final, no dia 15 de dezembro de 2016. A partir de então, foram inseridos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) vários dispositivos que implementaram um novo regime fiscal com um limite para os gastos do governo federal, que vigorará pelos próximos 20 (vinte) anos. Portanto, dificilmente se chegará ao percentual do PIB previsto na meta 20, pois de acordo com Amaral (2011), a PEC 241 (EC nº95/2016) limita a elevação do orçamento do Poder Executivo e, conseqüentemente o do MEC. Assim, “esse novo Regime Fiscal constante da EC nº 95/2016, ao limitar a despesa primária total da União, compromete a execução das políticas educacionais previstas no Plano Nacional de Educação” (BRASIL, 2016).

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inquestionável que nos últimos anos houve muitos avanços nas práticas escolares e também nos dispositivos jurídico-legais relativos ao AEE. Os indicadores educacionais do INEP têm apontado um panorama em que, ao mesmo tempo em que mais estudantes estão matriculados nos sistemas de ensino, torna-se necessário também assegurar meios para que permaneçam e obtenham sucesso na trajetória escolar. Os indicadores fornecidos devem ser avaliados e monitorados pela sociedade, porém apresentam falhas nos indicadores, resultado objetivo da ausência de uma instância de acompanhamento. Outro grande desafio, senão o maior deles será a aplicação de investimentos financeiros, com a aprovação da EC nº95/2016 (PEC 241), o que dificultará o cumprimento de outras estratégias, fragilizando o cumprimento da meta.

Sabemos que o estudo não se encerra, pois existe a necessidade de mais pesquisas para avaliação da execução do PNE e o monitoramento das estratégias da meta 4.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcia Angela da S.. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões para reflexão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010.

AGUILAR, Luis Enrique; ALVES, Denise Soares da Silva. Consolidação e expansão das políticas de Educação Especial no Brasil: de 1930 à Constituição Federal de 1988. **Revista Veras**, São Paulo, v.7, n.1, p. 63-83, janeiro/junho, 2017.

AMARAL, N. C. O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um

percentual do PIB. In: **III Seminário Brasileiro de Educação**. CEDES, 28 fev. a 2 mar., 2011, Unicamp – SP.

AZEVEDO, Fernando de et al (1932). **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Disponível em <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=205210](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=205210)>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 27 de julho de 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 29 de abril de 2017.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº95, de 15 de dezembro de 2016**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 20 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014 - 2016**. Brasília, DF: Inep, 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**: aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**: aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 15 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao>>. Acesso em 25 de agosto de 2017.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores associados, 2004.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. MILITÃO, Andréia Nunes. PERBONI, Fabio. **Do PNE/2001 ao novo PNE (2011-2020): o financiamento da educação em análise**. X EDUCERE. PUCPR. Curitiba, 2011.

RAFANTE, H. C. **Helena Antipoff e o ensino na capital mineira: A Fazenda do Rosário e a Educação pelo trabalho dos Meninos Excepcionais de 1940 a 1948**. 2006. 247f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2405?show=full>>. Acesso em: 24 de abril de 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Entrevista sobre o PNE**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-dermeval-saviani-pne>>. Acesso em 19 de outubro de 2017.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação coletiva 46, 54

Acessibilidade 87, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 134, 203, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 234

Action learning 181, 184, 185, 190, 196

Adolescente 26, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 229

Alfabetização 74, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 235

Alimentação saudável 92, 97

Arte 12, 13, 14, 15, 17, 20, 21, 23, 24, 25, 105, 110, 159, 161, 174, 209

Assistência estudantil 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204

Avaliação 17, 18, 23, 64, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 85, 86, 90, 103, 117, 143, 144, 146, 150, 152, 154, 193, 200, 213, 215, 218, 219, 220

### C

Cidadania 9, 26, 27, 28, 31, 37, 43, 44, 45, 49, 83, 89, 120, 134, 158, 163, 197, 199, 204, 210

Coefficiente de correlação 1, 2

Concepções pedagógicas 66, 67, 68

Construção 9, 11, 20, 26, 27, 28, 31, 37, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 59, 65, 67, 68, 70, 74, 80, 85, 113, 119, 128, 132, 141, 153, 158, 160, 166, 168, 169, 174, 197, 210, 214, 231, 233

### D

Democracia 54, 55, 57, 58, 65, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212

Design thinking 103, 181, 182, 184, 185, 192, 193, 194, 196

Direito 3, 5, 6, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 37, 39, 40, 42, 44, 47, 50, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 82, 83, 89, 118, 124, 125, 130, 132, 134, 144, 160, 161, 162, 177, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 206, 208, 223, 227, 228, 231, 232

Direitos humanos 16, 26, 27, 28, 30, 31, 38, 42, 43, 44, 118, 119, 126, 206, 211, 212, 223, 224, 227, 228, 229, 232, 233, 234

### E

Educação 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 37, 38, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 60, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 134, 141,

142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 188, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 222, 231, 233, 235

Educação especial 79, 80, 81, 82, 87, 88, 90, 91, 141, 142

Emancipação 10, 46, 51, 52, 53, 74

Ensino 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 90, 91, 92, 93, 95, 101, 106, 107, 109, 113, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 167, 178, 181, 192, 195, 197, 198, 199, 200, 202, 205, 207, 208, 209, 213, 215, 221, 222, 235

Ensino de literatura 156, 158, 160, 161

Ensino superior 1, 2, 3, 25, 55, 58, 60, 197, 198, 199, 202, 235

Escola 7, 11, 17, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 54, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 81, 83, 84, 85, 87, 88, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 109, 112, 113, 114, 128, 133, 141, 145, 151, 153, 182, 205, 206, 207, 208, 209, 211

Escrita 17, 24, 64, 112, 114, 133, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 163, 164, 177

Estatística descritiva 1

Estratégias 52, 66, 72, 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 104, 105, 106, 107, 109, 119, 134, 149, 150, 151, 153, 163, 164, 165, 167, 169, 171, 172, 178, 180, 188, 225, 234

Evasão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 188, 195, 200, 204

Eventos 14, 17, 22, 23, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 203, 231

Extensão 10, 113, 164, 171, 202, 213, 221

## **G**

Game 98, 99, 100, 102, 106, 109, 110, 111

Gamificação 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110

Gestão democrática 7, 8, 9, 10, 11, 28, 47, 50, 209

## **H**

História da educação brasileira 66, 77

Horta 92, 93, 95, 96

## **I**

Identidades 12, 14

Inclusão 81, 82, 83, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 136, 137, 140, 141, 142, 198, 202, 207, 213, 214, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 232, 233, 234

Inclusão social 83, 119, 127, 132, 134, 137, 223, 224, 225, 228, 229, 232, 233, 234

Intolerância 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 31, 32

## **J**

Job crafting 181, 184, 185, 196

## **L**

Leitura 17, 63, 96, 112, 113, 114, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 153, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 178, 179, 180, 202, 234

## **M**

Metodologia ativa 181, 182, 183, 184, 185, 190, 191, 193, 194, 195

Modelos mentais 181, 183, 194, 196

Motivação 34, 35, 36, 72, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 167, 168, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 195, 196

## **N**

Negro 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 22

## **O**

Organização do conhecimento 128, 129, 130, 134, 135, 137, 140, 141, 142

## **P**

Participação 7, 8, 9, 10, 18, 21, 25, 28, 30, 38, 41, 83, 87, 89, 106, 108, 117, 119, 120, 122, 125, 130, 134, 174, 175, 184, 197, 201, 202, 203, 205, 207, 209, 210, 211, 215, 228, 234

Pessoas com deficiência 81, 82, 89, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 203, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234

Pessoas surdas 128, 129, 131, 134, 136, 137

PET 156, 157, 161, 213, 214, 215, 216, 220

PIBID 112, 113, 114, 235

Plano nacional de educação 79, 83, 84, 85, 86, 90, 91, 144, 154, 155

Política 9, 15, 38, 51, 54, 56, 58, 75, 81, 91, 140, 144, 146, 164, 199, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211

Processo dialógico 46, 48, 51, 53

Programa PMALFA 143

Psicologia positiva 98, 99, 100, 109

## **R**

Racismo 12, 13, 15, 18, 20, 21, 22, 31, 206

Religião 12, 56, 227

Responsabilidade 26, 32, 38, 45, 50, 73, 75, 85, 86, 98, 198, 203

## **S**

Sala de aula invertida 181, 183, 191, 195

Sistema municipal de ensino 7

Softwares 213, 214, 215, 218, 222, 230

Sustentabilidade 92, 93

## **T**

Tecnologia assistiva 119, 126, 127, 137, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234

Tendências pedagógicas 66, 68, 77

Teoria da autodeterminação 107, 181, 185, 186, 187, 195, 196

Timor-Leste 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65





Tratamento da Informação 128, 129, 153

## **V**

Violência 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 83

# EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES





## 4

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# EDUCAÇÃO: AGREGANDO, INCLUINDO E ALMEJANDO OPORTUNIDADES

## 4

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)